

Barcellos: BC pode inviabilizar conversão

SÃO PAULO — O Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Sérgio Barcellos, advertiu ontem que os leilões de conversão de dívida poderão se inviabilizar caso o Banco Central não autorize aumento no volume de recursos a ser negociado.

Ao assinalar que considera muito reduzido o valor de US\$ 150 milhões, Barcellos disse que a ser mantido esse montante para os próximos leilões os deságios tenderão a subir ainda mais, tornando inviáveis os projetos de conversão no Brasil.

A mesma opinião manifestou o Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo. Para ele, não há razão para que o Banco Central não eleve esse valor para US\$ 200 milhões ou US\$ 250 milhões, pois existe demanda para a conversão desses recursos.

— O argumento do Banco Central de que o volume de recursos para os leilões não pode ser aumentado porque pressionaria a base monetária não tem sentido — disse Rocha Azevedo. Não podemos nos esquecer de

que esses recursos serão empregados em novos investimentos, permitindo que a economia brasileira retome o seu desenvolvimento.

O Presidente da Bovespa voltou a defender a tese de criar leilão específico para os fundos de conversão, pois considera que muito pouco dos recursos convertidos no leilão de ontem serão direcionados esses fundos.

● **SÓCIOS** — A entrada de capital estrangeiro nas Bolsas de Valores do País transformará os investidores de outros países em sócios, e não mais em adversários do Brasil, comentou ontem o Presidente do Grupo Brasilpar, Roberto Teixeira da Costa, durante palestra sobre conversão da dívida em investimentos, promovida pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil. Ele lembrou que, do ponto de vista do balanço de pagamentos, os recursos externos internalizados na forma de capital de risco custam, em divisas para o País, menos que 50% do custo dos empréstimos estrangeiros.

Teixeira da Costa lembrou que, apesar de as companhias estrangeiras possuírem 10% do capital produtivo do País, elas são responsáveis por cerca de 25% do Imposto de Renda arrecadado sobre atividades não financeiras.